

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA: INTERVINDO PARA COMPREENDER

Thalles Chaves Costa

*Universidade Potiguar  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
thalles\_chaves@hotmail.com*

**Resumo:** A Educação Inclusiva atualmente é um tema bastante discutido. Este relato de experiência trata-se da descrição e reflexão acerca dos debates ocorridos em uma semana pedagógica do IFRN – Campus Currais Novos, que tratou do referido assunto. Apesar de existir uma literatura relativamente considerada sobre o mote, faz-se necessário um debate constante, visto que muitos profissionais que trabalham na área da educação desconhecem ou têm pouco conhecimento acerca dessa especificidade. Assim sendo, procurei basear-me na revisão da literatura concernente, além da própria vivência na semana supracitada, observando e absorvendo tudo o que foi posto pelos especialistas e participantes do aludido evento. Para isso as reflexões de Barreto (2014), Freire (1999) e Soares (2018) são fundamentais para entender a relação que tange a educação e a inclusão. Podemos perceber assim, que em um primeiro momento, a matéria é assustadora, polêmica e de difícil compreensão por parte de alguns professores que chegam inclusive à rejeitar as ideias propostas na assembleia.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva, Inclusão, Alunos com Deficiência.

### INTRODUÇÃO

A docência é uma atividade encantadora, nobre, de muita responsabilidade pois influencia vidas e pode mudar o curso da história.

Em novembro de 2017 ingresso como professor substituto do IFRN – Campus Currais Novos. Já na semana pedagógica de 2018.1 ocorrida em fevereiro, foi discutido um tema instigante e desafiador porém angustiante: Educação Inclusiva: Como favorecer esse processo.

Este relato de experiência visa descrever o referido evento, além de fazer reflexões sobre o tema e de como a comunidade “IFRNiana” percebeu o desafio já que nesse mesmo ano iriam ingressar alunos na instituição através das cotas, garantidas pelas legislações vigentes, para pessoas com deficiências, das mais diversas.

Para isto faz-se necessária a revisão da literatura, além da observação direta em campo

e o uso da fotografia e vídeo como suporte e registros da referida semana pedagógica.

A maioria dos participantes do evento supracitado se deparam com um universo completamente novo, o que justifica a preocupação atrelada à algo inusitadamente desconhecido.

Logo em uma das palestras de abertura, quando a professora Alice Maria Ferreira Soares pergunta o que é inclusão, a plateia menciona que seria acolhimento, cidadania, respeito mas logo, logo se descortina um véu de incertezas, dúvidas e medo.

Segundo Barreto (2014), a partir da política de universalização da Educação Básica, ganhou força no plano internacional a proposta de inclusão escolar. Surge, então, no início da década de 1990, o conceito de Educação Inclusiva.

Contudo, são necessários estudos e capacitações docentes e discentes a fim de desmistificar a educação voltada à pessoas deficientes, possibilitando assim a compreensão através da intervenção e a consolidação da tão almejada inclusão de jovens repletos de sonhos e que muitas vezes as limitações são maiores “do lado de lá”, por parte do outro tido como “eficiente”.

A seguir veremos alguns apontamentos de teóricos que discutem o tema inclusão na educação, o relato propriamente dito, metodologicamente, como foi feito e o que se deu no encontro pedagógico, a programação, as apresentações, discussões e encaminhamentos. Em seguida, a discussão dos resultados e as considerações finais.

## REFERENCIAL TEÓRICO (DESENVOLVIMENTO DO TEMA E METODOLOGIA)

A Resolução no 02/2001 (CNE/CEB) esclarece que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento dos alunos com deficiência.

“Não temos escolha, essa é a realidade”, aponta o arquiteto e professor Alexandre Lopes em uma aula da especialização em arquitetura na UnP – Universidade Potiguar, campus Mossoró.

Sabemos que existem mecanismos jurídicos que regulamentam a inclusão e integração de alunos com deficiência, a escola portanto deve se organizar, através de cotas, para atender esses alunos.

Mas afinal de contas, o que é educação inclusiva e de integração?

Segundo Barreto (2014), a educação especial foi tradicionalmente organizada com base em um atendimento educacional especializado que substituiu o ensino comum pela criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais em escolas regulares.

Quadro 01: Caracterização de pessoas com necessidades especiais ao longo da história.



Fonte: Soares (2018)

Traçando uma linha do tempo, como podemos observar no quadro 01, na antiguidade, as pessoas com necessidades especiais eram tidas como loucas ou possuidoras de alguma força do bem ou do mal e eram excluídas, já na idade média, essas pessoas eram consideradas possuídas pelo demônio e eram castigadas, agrupadas e segregadas dos processos educacionais e sociais, na idade moderna, elas continuaram isoladas e eram integradas mas continuavam segregadas e atualmente a proposta é que

todo o tipo de violências e injustiças cometidas contra essas populações ao longo da história, sejam reparadas e que elas sejam plenamente incluídas.

Podemos observar que a educação voltada às pessoas com necessidades especiais sempre foi segregacionista, apesar das tentativas de integração, ela não ocorria na sua forma mais plena, pois mesmo posteriormente trazendo alunos com necessidades especiais para escolas regulares, mesmo assim esses alunos ficavam separados em uma sala especial.

Para Soares (2018), A educação inclusiva se configura na diversidade inerente à espécie humana, buscando perceber e atender as necessidades educativas e educacionais especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento de todos.

Assim, para Barreto (2014) a educação Inclusiva e de Integração no contexto educacional brasileiro, “refere-se à escolarização de pessoas com necessidades educacionais especiais”, assim sendo, podemos definir a integração como sendo um processo amplo de mudança do sistema escolar para propiciar um ensino de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas singularidades, até porque TODOS temos as nossas limitações, cada um com as suas particularidades, sejam físicas, emocionais ou cognitivas. Para isso, a escola comum deve se adaptar para receber igualmente todos os alunos.

## RELATO DA EXPERIÊNCIA

De 05 a 08 de fevereiro de 2018, ocorreu a semana pedagógica do IFRN, campus Currais Novos. Tivemos como uma das primeiras palestras, a da professora Alice Maria, com o tema: Educação inclusiva, compreendendo para intervir.

Discutir a educação inclusiva é altamente necessário, é um tema que emerge com extrema força nos circuitos de debates pedagógicos de instituições de todas as esferas.

Foto 01: Palestra da psicóloga e psicopedagoga Alice Maria Ferreira Soares.



Fonte: Rejane Gomes Ferreira. Currais Novos. (2014).

Sabemos que 24% da população brasileira tem algum tipo de deficiência, segundo o Censo do IBGE de 2010, portanto políticas públicas atualmente regulam um sistema de cotas para inserir alunos deficientes em salas de aula regulares, onde essas cotas são consideradas proporcionalmente à população, então em uma turma de 40 alunos regulares do IFRN por exemplo, segundo as políticas afirmativas de cotas para pessoas com deficiência, é recomendado que tenhamos 10 alunos deficientes.

Juridicamente as instituições de ensino têm que adotar políticas de inclusão e receber alunos com deficiência, seja ela física, sensorial ou intelectual, de acordo com a Constituição Federal de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); a própria Lei 9.394/96 – LDB; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o próprio decreto no 6.571/2008 que dispõe sobre o atendimento educacional especializado – AEE, tratando-se de um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógico organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

Segundo a Constituição Federal de 1988, “a educação é um direito de TODOS”. Já a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva objetiva assegurar

a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O artigo 27 da LBI – Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da pessoa com deficiência, aprovado em 06 de julho de 2015, assegura que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, garantindo sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.”

A semana foi bem produtiva, tivemos várias discussões acerca das bases legais que recomendam a inclusão das pessoas com deficiência na escola, além disso discutimos sobre os diversos tipos de deficiência e alguns deficientes foram palestrar mostrando como mesmo com suas limitações conseguiram concluir os estudos e se inserir no mercado de trabalho.

Foto 02: Apresentação musical de alunos deficientes e não deficientes de uma escola regular de Currais novos.



Fonte: Rejane Gomes Ferreira. Currais Novos. (2014).

A imagem da foto 02 trata-se de uma apresentação que ocorreu no auditório do campus durante a semana pedagógica e nos mostra como podemos incluir alunos com deficiência em uma escola regular. Na banda havia alunos com deficiência, das mais diversas, tanto cognitivas quanto físicas e alunos sem deficiência e a apresentação foi muito bem sucedida, acontecendo normalmente e o curioso é que foi muito difícil identificar os alunos deficientes, um exemplo de inclusão.

Mas em relação aos tipos de deficiência, quais as especificidades de alunos que o ensino regular deve acolher? Qual o público da Educação Inclusiva?

Durante a programação, também foi exposto os mais diversos tipos de deficiências que atingem essa população de quase 25% do estado do Rio Grande do Norte e que consequentemente devem estar na escola regular juntos com todos os outros estudantes.

Em relação aos tipos de deficiência, temos os de caráter físico, sensorial ou intelectual. Podemos ter alunos com transtorno do espectro autista (TEA), que engloba o autismo clássico; a Síndrome de Asperger; a Síndrome de Rett; a Psicose Infantil; além de outros transtornos sem especificação; alunos com altas habilidades.

Alunos com deficiência sensorial, são aqueles que apresentam um não-funcionamento (total ou parcial) de algum dos cinco sentidos. A surdez e a cegueira são consideradas as deficiências sensoriais mais comuns. Também podemos ter o “baixa visão”, aquele que apresenta uma perda severa da visão que não pode ser corrigida com tratamento clínico ou cirúrgico, nem com óculos convencionais, causando incapacidade funcional, funções prejudicadas: Acuidade visual, campo visual, adaptação à luz e ao escuro e percepção de cores e contrastes prejudicada.

Altas habilidades ou superdotação é aquele que demonstra potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Ainda podemos ter alunos com transtornos funcionais específicos de aprendizagem como: Dislexia; Disgrafia; Disortografia; Discalculia; TDAH e Transtorno do processamento auditivo.

A foto 03 representa o registro das palestras de pessoas com deficiência mostrando como conseguiram se inserir no ensino regular e concluir seus estudos, com o auxílio de professores que se utilizaram de várias estratégias, ferramentas, metodologias e tecnologias com o intuito de facilitar o aprendizado desses alunos.

Foto 03: palestra de pessoas com deficiência.



Fonte: Rejane Gomes Ferreira. Currais Novos. (2014).

O jovem de camisa azul veio da cidade de Caicó, município próximo à Currais Novos, ele perdeu os dois braços vítima de um acidente de trabalho onde sofreu uma descarga elétrica e relatou que mesmo sem os membros superiores conseguiu se transformar em um web designer e hoje é um empreendedor de sucesso, ele trabalha com arte final e opera o computador com os pés mostrando assim como a força de vontade é capaz de transformar vidas e que as limitações físicas não se constituem em uma barreira que impossibilita o sujeito de realizar sonhos quando os desejos são maiores que as limitações.

A educação especial deve direcionar suas ações para o atendimento às especificidades dos alunos no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, além de orientar a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas.

O rapaz à direita da foto 03 é cego, ele relata que estudou no campus do IFRN Natal central e cita alguns casos em que os professores utilizaram estratégias metodológicas para que ele compreendesse disciplinas abstratas como a matemática por exemplo, possibilitando assim a conclusão do curso e a inserção no mercado de trabalho, hoje ele é concursado da UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do

Norte, comprovando assim que a sua limitação não o impossibilitou de estudar e passar em um concurso público.

Com uma programação extensa de debates e discussões acerca do tema da educação inclusiva, o IFRN – campus Currais Novos, conseguiu contribuir com a capacitação de seu corpo docente, constatando a escola como espaço ideal, para favorecer a todos o acesso ao conhecimento, ao desenvolvimento e ao exercício efetivo da cidadania.

## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao final da semana pedagógica, tivemos um momento de avaliação onde foi constatado os resultados obtidos durante o evento ao longo das atividades.

No geral, a semana foi vista como positiva pois veio contribuir para a formação do corpo docente, que muitas vezes é deficiente nesse sentido da educação inclusiva, como aponta a professora Daniela Cunha Terto, até então os professores deste campus haviam tido poucas discussões a respeito, relata a professora, essa atividade de formação acabou contribuindo por mostrar as especificidades que os professores iriam encontrar a partir de agora, através dos relatos de vida, das experiências educacionais e profissionais vistos durante a semana.

Também ficou claro que a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e demais modalidades, realiza o Atendimento Educacional Especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto à sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do Ensino Regular.

E que uma escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades.

E que para que uma escola se torne inclusiva há que se contar com a participação consciente e responsável de todos: gestores, professores, familiares e membros da comunidade na qual cada aluno vive.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse contexto em que um auditório atestado de servidores, docentes, psicopedagogos, estudantes e comunidade em geral, travaram ricas discussões acerca do tema, podemos perceber algumas percepções em relação ao corpo docente.

O novo é sempre assustador, alguns professores não digeriram bem a ideia da inclusão, como pode uma escola técnica que prepara profissionais para atuarem em empresas e fábricas por exemplo, preparar um aluno com deficiência intelectual? Como uma pessoa com esse tipo de deficiência poderá portar um diploma do IFRN?

Mas o que podemos perceber é que a grande maioria, apesar de angustiada, estava disposta à colaborar e cumprir com a função social da escola de ser um espaço acessível à todas as pessoas, deficientes ou não, garantir, a todos os cidadãos, em todas as etapas de sua existência, as condições para uma vida digna, de qualidade física, psicológica, social e econômica.

Nesse sentido, a escola se organizou, sofreu mudanças na própria estrutura física, tornando os espaços mais acessíveis, acabando com as barreiras arquitetônicas e culturais, mudanças pedagógicas e organizacionais para receber esses novos alunos.

Ficou da semana pedagógica que receber esses alunos será um desafio mas que a escola tem obrigação mesmo de recebê-los e contribuir com o seu desenvolvimento e tentar atendê-los da melhor maneira possível, intervindo para compreender e compreender para intervir pois como dizia o grande mestre Paulo Freire (1999), o caminho se faz ao caminhar.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Champion, M.A.D. O., BARRETO, Champion, F.D. O. (06/2014). **Educação Inclusiva: Contexto Social e Histórico, Análise das Deficiências e Uso das Tecnologias no Processo de Ensino-Aprendizagem**, 1st edição. [Minha Biblioteca]. Retirado de

SOARES, Alice Maria Ferreira. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: compreendendo para intervir.** Currais Novos. 2018.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 20 de Março de 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069**, Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm)>. Acesso em: 20 de março de 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº 9.394**. Brasília, 1996<sup>a</sup>. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 10 de março de 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Nacionais da Educação Especial, na Educação Básica**. Brasília, 2001a. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_. MEC. SEESP/SEED/MEC, 2006. **Saberes e Práticas da Inclusão: altas habilidades e superdotação**. Disponível em:<[portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/superdotacao.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/superdotacao.pdf)>. Acesso em: 7 de fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_. MEC. SEESP/SEED/MEC, 2007. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado: deficiência física.** Disponível em:<[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae\\_df.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_df.pdf)>. Acesso em: e de fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_. MEC, 2009. **Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.** Disponível em:<[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb013\\_09\\_homolog.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb013_09_homolog.pdf)>. Acesso em: 8 de março de 2018.

\_\_\_\_\_. MEC, 2010. **Projeto de Lei, PNE 2011-2020: Metas e Estratégias,** de 15 de dezembro de 2010. Disponível em:<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=16478&Itemid=1107](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107)>. Acesso em 27 de março de 2018.

\_\_\_\_\_. MEC, 2013. **Documento Orientador Programa Escola Acessível.** Disponível em:<[portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task)>. Acesso em 30 de março de 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.